Cultura Humanista, Renascimentos e Saberes Práticos: algumas reflexões sobre a circulação de ideias e o uso de padrões estéticos entre Portugal e Espanha no tempo de Francisco de Holanda (1517-1584)

Humanist Culture, Renaissances and Practical knowledge: some insights about the circulation of ideas and use of aesthetic patterns between Portugal and Spain, in the times of Francisco de Holanda (1517-1584)

Ana Paula Torres Megiani *
Universidade de São Paulo

Resumo

Durante o período em que viveu e produziu o artista Francisco de Holanda, muitas transformações ocorreram no Ocidente. Vinculado à Coroa de Portugal, protegido do rei D. João III, o artista frequentou ambientes nos quais intensos debates acerca da representação da imagem do poder e do mundo estavam acontecendo. Este artigo procura colocar algumas reflexões sobre esses ambientes, ideias e contextos de circulação de saberes, modelos estéticos e a própria concepção de mando nas monarquias ibéricas.

Palavras-chave: Renascimento; Mecenato Régio; Francisco de Holanda.

Abstract

Many changes occurred in the West during the period in which the artist Francisco de Holanda lived and produced his works. He was connected to the Portuguese Crown and a protegé to King John III. The artist attendedthe environment where took place intense debates regarding the representation of the world and the images of power. This article aims to advance a few insights about such settings, ideas and knowledge circulation contexts, aesthetic models and the Iberian Monarchies's understanding of command.

Keywords: Renaissance; Royal Patronage; Francisco de Holanda.

● **Enviado em: 09/08/2018**
● **Aprovado em: 10/09/2018**

* Livre Docente em História Ibérica. Professora Associada do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas da Universidade de São Paulo.

Entre 1855 e 1860 as obras de Jules Michelet[1] e Jacob Burckhardt [2] alteraram os rumos da visão historiográfica vigente acerca do *Renascimento* europeu, inaugurando a concepção que ganhou ampla difusão até muito recentemente.[3] Desde então, o *Renascimento* passou a ser tratado e entendido como uma *época histórica*, marcada pela ruptura em relação ao tempo que o antecedeu (passado), identificado como período de trevas, este por sua vez antagônico e resistente às novas forças que passaram a movimentar a história do século XIV em diante. Segundo Jean Delumeau, para Michelet e Burckhardt a época *renascentista* representa a ruptura com o espírito religioso e retrógrado da Idade Média, a vitória da razão e da natureza, a reabilitação do espírito pagão e, ao mesmo tempo, a 'descoberta do homem e do mundo'. Despertado na região da Itália, o espírito da Renascença definia-se pela retomada (ou redescoberta) da Antiguidade clássica, apontava o fim da civilização medieval e o início do pensamento Moderno. Assim, a partir dessas acepções, a tendência de ampliação do conceito histórico de *Renascimento* parece irreversível, tendo em vista sua origem em Giorgio Vasari que, ao lado dos humanistas definia o período apenas como *a ressurreição das letras no início do século XV*.[4] O ponto de vista aberto por Michelet e Burckhard, com ênfase na ideia de ruptura, torna-se efetivamente, e por muito tempo, o padrão de grande parte dos estudos históricos sobre a cultura da *Época do Renascimento*.[5]

Em relação à perspectiva artístico-filosófica, os debates sempre giraram em torno da questão das correntes de pensamento predominantes a partir do século XIV. Platão e Aristóteles retomados, revistos e retraduzidos teriam levado a uma novo/moderno entendimento de seus pressupostos.[6]

Em Portugal, já na primeira metade do século XIX circulava a ideia de *Renascimento* como ruptura, mas ali visto de uma forma muito particular. Em 1842, em suas **Cartas sobre a**

1 MICHELET, Jules. *A Agonia da Idade Média (1855).* Trad. São Paulo: EDUC/Imaginário, 1992

2 BURCKHARDT, Jacob. *A cultura do Renascimento na Itália – um ensaio (1860)*. Trad. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

3 Este artigo começou a ser elaborado em maio de 2001 como prova escrita para concurso de provimento de cargo de professor em História Ibérica no Departamento de História da FFLCH-USP, tenho permanecido inédito. Em 2015 foi acrescentado e revisado como capítulo de minha tese de Livre Docência intitulada *Cultura Escrita e Memória Política no Mundo ibérico (sécs. XV-XVII)*, defendida na mesma cadeira de História Ibérica do Departamento de História da FFLCH-USP em fevereiro de 2015, também inédita. Por ocasião do evento realizado na Cátedra Jaime Cortesão (FFLCH-USP) em novembro de 2017, em homenagem aos 500 anos do nascimento de Francisco de Holanda, enfim, este artigo encontra o seu lugar para sair a público.

4 DELUMEAU, Jean. *A Civilização do Renascimento*. 2 vols. Trad. Lisboa: Presença, 1984, pp. 318-319.

5 Cf. FEBVRE, Lucien. *Michelet e a Renascença*. Trad. São Paulo: Scritta, 1995.

6 GARIN, Eugénio. *O Renascimento: história de uma revolução cultural*. Trad. 2ª edição. Porto: Livraria Telos, 1983; KOYRÉ, Alexandre. *Do mundo fechado ao universo infinito*. Trad. 4ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

História de Portugal, Alexandre Herculano declarava que *a Renascença, com as descobertas marítimas e suas consequências, marcam o início da decadência de Portugal*. [7] Tomado pela preocupação de explicar o sentido da *decadência* portuguesa, aspecto marcante da intelectualidade lusa oitocentista, Herculano observava que a "centralização" do Estado Moderno e as Expansões, ocorridas em Portugal durante a *Renascença*, teriam levado a um esfacelamento da estrutura dos municípios, marca da política nos tempos medievais, e propunha até mesmo uma espécie de retorno a eles como meio para recuperar a grandeza perdida.[8]

A confrontação entre apogeu *versus* decadência, município *versus* Estado, evidencia que, para Herculano, a Renascença tinha um sentido circunscrito na História de Portugal, associado principalmente à questão das viagens marítimas e suas implicações quanto ao processo de centralização do poder monárquico, apoiado na exploração das riquezas das conquistas; enquanto para Michelet e Burckhardt tratava-se de discutir o caráter mais europeu daquela época, seu sentido de ruptura e transformação para o futuro, tendo o passado clássico como modelo, e superação da chamada *Idade de Trevas*. Desse modo, nas visões do século XIX as delimitações locais e suas relações com os outros ambientes cultos acabam por afastar os portugueses das concepções "europeias", já que aqueles eram tempos de afirmação de uma História nacional.

Mas, foi a corrente de estudos originada pela escola de Aby Warburg e Erwing Panofsky, na primeira metade do século XX, a maior responsável pela criação de um conceito ligando a ideia de *Renascença* enquanto *vida póstuma [nachleben]*, isto é, como sobrevivência estética e recriação simbólica da memória da Antiguidade na Europa Moderna.[9] Orientada para esta perspectiva, a ideia de ruptura ganha contornos de construção de memória, em uma Europa que se concebe herdeira da Antiguidade clássica nos sentidos político, estético e metafísico. O debate desencadeado leva ao aparecimento da noção plural de *Renascimentos*, segundo E. Panofsky.[10]

Na segunda metade do século XX, J. Deluameau em **A Civilização do Renascimento** propõe novamente a ampliação da concepção histórica de *Renascença*. Em consonância com os estudos de J. Le Goff, Delumeau considera tratar-se de uma *época histórica* que não se

7 HERCULANO, Alexandre. Apud. CARVALHO, J. Barradas. *A la recherche de la specificité de la Renaissance Portugaise*. Paris: Gulbenkian, 1983, vol 1, p.5.

8 HERCULANO, Alexandre. *Opúsculos.* vol. V, 1842. Apud. CARVALHO, Joaquim Barradas de. "A explicação de Portugal de Herculano" In *Revista de História*. São Paulo, USP, 1974, v. 48, n. 97,pp.204.

9 GUERREIRO, Antonio. "Aby Warburg e a História como Memória". *Revista de História das Ideias. História e Verdade(s)*. Coimbra, 2002, v. 23, pp. 389-407.

10 Cf. discussão em artigo de SOUZA, Laura de Mello e. "Idade Média e Época Moderna: fronteiras e problemas". *Signum*, Londrina, UEL, 2005, nº 7, pp. 223-248.

define nem pela ruptura, nem pela memória simbólica da Antiguidade, mas sobretudo pela ideia de "promoção do Ocidente" [11]. Compreendida entre 1320 e 1630 aproximadamente, para Delumeau a *Renascença* foi um tempo em que a civilização da Europa teria ultrapassado a Antiguidade, bem como as outras culturas coevas do planeta. O inevitável etnocentrismo que aflora desta concepção revela uma preocupação mundializante, dedicada a entender o *Renascimento* como um processo de "promoção da civilização ocidental europeia" e seu alargamento temporal, recolocando e relativizando as ideias de *ruptura* e *crise.*

A partir da ampliação paulatina da ideia, observa-se o surgimento de novas visões acerca da *Renascença* em relação às áreas anteriormente pouco contempladas, até então relegadas aos efeitos e reflexos dos movimentos estéticos e "científicos" decorrentes do humanismo italiano. Neste ponto, localizamos o pensamento e a obra de Joaquim Barradas de Carvalho acerca da especificidade do Renascimento em Portugal, incluído entre aqueles que, indiscutivelmente, mais contribuíram para a ocorrência dessa ampliação.

Para uma ampliação dessa reflexão retomarei brevemente momentos da criação de ambientes de cultivo e divulgação de ideias em Portugal até o século XVI, bem como aspectos da experiência de medida do tempo e espaço que marcaram a época das viagens e descobrimentos.

****

No século XIII, os ambientes letrados ligados à monarquia em Portugal, antes da divulgação ampla das ideias pelo Humanismo, foram os espaços de ebulição do pensamento e do conhecimento. Em 1290 o rei D. Dinis fundou o chamado *Studium Generale* de Lisboa, uma espécie de experiência antecessora da futura Universidade, cujo modelo era Bolonha. Em seu regimento de fundação, assinado pelo Rei de alardeadas inclinações à erudição, eram incentivados e protegidos os estudos clássicos e interpretativos, e em suas imediações foi criado ainda um bairro dedicado aos estudantes que viessem morar na cidade. O caráter racional/humanista que deu origem ao *Studium Generale*, ou *Escolas Gerais* como também ficou conhecida, embora contrastasse com a ênfase aos estudos canônicos que marcaram a memória da Universidade de Coimbra no século XVI, pouco sobreviveria à influência clerical.

Segundo Charles Boxer, contudo, a Universidade (*Studium Generale*) não conseguiu, ao longo de mais de dois séculos, atingir os padrões desejados. O papa Nicolau IV (1288-1292)

11 DELUMEAU, Jean. *A Civilização do Renascimento*, op. cit., pp. 318-319.

proibiu expressamente o ensino de teologia nessa Universidade, embora tal proibição não tivesse sido estritamente observada: mais tarde, o antipapa Clemente VII, em 1380, negou aos teólogos formados por Lisboa a licença habitual para ensinarem onde quer que fosse (*facultas ubique docendi*). Muitos frades das Ordens Mendicantes, bem como monges da Ordem de Crister do Mosteiro de Alcobaça, o mosteiro mais conhecido de Portugal na altura, estudaram em Lisboa; mas nenhum frade português era aceite pelos membros estrangeiros da sua ordem como um teólogo bem preparado se não tivesse aprimorado seus estudos fora de Portugal.[12]

Nos outros reinos ibéricos, o período de finais do século XIII e inícios do XIV foi marcado por contradições, já que a presença islâmica tinha deixado frutos profícuos no pensamento humanista que sobreviveram até bem mais tarde, como foi o caso da Escola de Tradutores de Toledo[13]. Entretanto, foi a Universidade de Salamanca a instituição representante do pensamento de forte tradição escolástico/tomista, decisivo para a futura concepção teológico/política que fundamentaria o poder monárquico após a união das coroas de Castela e Aragão.[14] Diversas conexões seriam construídas também em Portugal, advindas das aulas da Universidade de Salamanca, para onde recorriam muitos daqueles que buscavam estudos mais consistentes, e que definiram os rumos dos estudos universitários na Península Ibérica e além dela.

Para Diogo Ramada Curto, além dos saberes instituídos, uma outra possibilidade de verificação da transição do pensamento medieval para o racional humanista em Portugal, na passagem do século XIV para o XV, pode ser verificada a partir da concepção de tempo. Nas Crônicas de Fernão Lopes - 1380/1460 (*Crônica do Rei D. Pedro, Crônica de D. Fernando, Crônica do Rei D. João I*), assim como nas obras de Gomes Eanes de Zurara - 1420/1474 -

---

12 BOXER, Charles. *O Império Colonial Português (l4l5-l825)*. Trad., Lisboa: Edições 70, ano, p.30. Ver também ZANIBONI, Paulo André Moreira. *A transferência do Colégio das Artes aos jesuítas. A atuação de D. João III à margem do pressuposto de personalidade (1540-1557)*. Dissertação de Mestrado defendida junto ao Programa de História Social, FFLCH-USP, 2010, disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-04022012-114437/pt-br.php. Segundo ZANIBONI, "O Colégio das Artes constituiu-se ao longo dos anos em um poderoso monumento da história portuguesa. Concebido originalmente para ser uma escola regida pelos preceitos do Humanismo e, desse ponto de vista ser uma escola diferenciada em relação aos demais colégios monásticos que então vigoravam em Portugal, acabou por não conseguir estabelecer-se duradouramente em sua proposta primeira. Dono de uma trajetória tumultuada, marcada pela morte repentina de seu primeiro diretor, por inúmeros conflitos entre professores e pela instauração de processos inquisitoriais a três de seus professores mais conceituados, o Colégio das Artes, em uma decisão jamais oficializada por D. João III, acabou por ser transferido em 1555 à Companhia de Jesus".

13 PEDRERO-SANCHEZ, Maria Guadalupe, "Os saberes e os centros de saber nas *Siete Partidas de Afonso X – o Sábio".* In BONI, Luiz Alberto de (org.). *A ciência e a organização dos saberes na Idade Média*. Porto Alegre: EDIPURS, 2000, pp. 191- 2010.

14 MORSE, Richard. *O Espelho de Próspero. Cultura e Ideias nas Américas*. Trad. São Paulo: Cia das Letras, l988, pp. 53 e ss.; e SKINNER, Quentin. *As Fundações do Pensamento Político Moderno*. Trad. São Paulo: Cia das Letras, l999, pp. 393 e ss.

(*Crónica de D. João e dos Feitos da Guiné*) nota-se uma espécie de oscilação entre a concepção do *tempo vivido* medieval e o *tempo medido* renascentista. Essa oscilação denuncia, certamente, a presença da nova experiência portuguesa de navegação que se iniciava, entendida na relação com a memória política na forma de crônica régia.[15]

Após ter sido superado em Portugal o conflito que levou ao poder D. João de Avis, e com o advento da nova dinastia, de certa forma ligada aos empreendedores da navegação, pode-se inferir que um novo "quadro mental" começa a se delinear nos ambientes acadêmicos e letrados, transitando desde a interpretação imagética do passado e das condições do presente, até o uso do relato a partir da experiência e da prática do tempo contado. Nesse sentido, enquanto adotam modelos narrativos difundidos nas hagiografias medievais e nos textos joaquimitas baseados na concepção das três idades bíblicas, cronistas portugueses começam a seguir padrões de construção temporal linear, sustentados em acontecimentos e mais vinculados ao que ainda hoje denominamos como *fato histórico*. O pêndulo que oscila entre a imaginação e a medida temporal nas construções narrativas de autores lusitanos do século XV é um sinal da presença da experiência determinando o processo de conhecimento que se descortina.

Quanto à noção de espacialidade, há que se levar em conta que antes do processo das navegações as concepções de espaço e de universo baseavam-se nas teorias da existência das duas esferas universais - a celeste e a sublunar - e na tese aristotélico-bíblica-ptolomaica, segundo a qual a congregação das águas derivava de uma *Orbis Terarum*, ou Ilha Terra, difundida por Roger Bacon (1214-1294) e por Pierre d'Ailly (1350-1420). Vigorava ainda a explicação formulada por Macróbio (século V), segundo a qual deveriam existir também outras três grandes ilhas - as *Orbis Alterius* - , negada pela tese agostiniana contrária à existência das antípodas. A mudança que as viagens e conquistas ibéricas produziram nesses conceitos e elaborações foi incalculável.

Assim, com o pensamento em ebulição produzido pelas mudanças de concepção de tempo e espaço que acompanharam as viagens marítimas, cabe uma pergunta: qual teria sido a contribuição das culturas ibéricas para a compreensão e conhecimento do mundo no início da Época Moderna? Essa questão produziu debates e estimulou discussões, sobretudo acerca e a partir das comemorações dos 500 anos da viagem de Cabral.[16]

---

15 Cf. o artigo de CURTO, Diogo Ramada. "As concepções do tempo". In ___ (dir.), *O Tempo de Vasco da Gama*. Lisboa: CNCDP, 2006, p.92.

16 Esses pontos foram trabalhados de modo brilhante por GODINHO, Vitorino Magalhães. *Mito e Mercadoria, Utopia e Prática de Navegar*. Lisboa: DIFEL, 1992.

Há mais tempo Sérgio Buarque de Holanda lançou a ideia de que a prática teria sido apenas um meio dos portugueses se envolverem com as novas formas de pensamento. Em **Visão do Paraíso,** o autor afirma que os quinhentistas lusos eram partidários da visão do mundo originária da prática alquimista, assentando em um paradigma diferente daquele humanista as maneiras de realizar a expansão e a conquista. Nesse sentido, as novas descobertas não seriam marcadas pela *modernidade*, tal como se pretendia na grande maioria dos estudos a esse respeito. Ao propor a noção de *atenuações plausíveis*, Sérgio Buarque de Holanda formula a explicação para a forma específica da imaginação portuguesa em relação aos mundos, terras e gentes encontradas, atenuante da fantasia, não experimentada pelos seus vizinhos, e concorrentes, castelhanos. A "imaginação prática" lusitana podia ser até mais moderna do que outras concepções coevas, impregnadas de medo e fantasia, mas guardava elementos arcaizantes, resultantes da necessidade descritiva. Baseando-se no *Esmeraldo de Situ Orbis* de Duarte Pacheco Pereira, Buarque de Holanda defende que

> muito mais do que as especulações e os desvairados sonhos, é a experiência imediata o que tende a reger a noção do mundo dos escritores e marinheiros, e é quase como se as coisas só existissem verdadeiramente a partir delas. A experiência, que é madre de todas as coisas nos desengana e de toda dúvida nos tira. [17]

Assim, a *experiência como madre de todas as coisas* começa a ser tomada como paradigma de conhecimento do real. Na obra de Joaquim Barradas de Carvalho, por outro lado, ela ganha status de elemento fundamental e específico da expressão do *Renascimento* português. Em suas palavras,

> (...) o conceito de *renascimento* é muito mais amplo do que o conceito de *humanismo*. Assim, haverá *renascimentos* mais ou menos *humanistas*. Haverá *renascimentos* nos quais o conceito de *humanismo* cobre quase inteiramente o conceito de *renascimento*. Haverá *renascimentos* nos quais o conceito de *humanismo* não cobre senão uma pequena parte, algumas vezes mesmo muito pequena, do conceito de *renascimento*. Ora, parece-nos que este último é indiscutivelmente o caso de Portugal. [18]

Trata-se de uma ideia compartilhada, em parte, por J.S.S. Dias em **A Problemática Cultural no século XVI**, e confrontada com o pensamento inaciano que invadiu a Península

17 HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso. Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. 5ª ed., São Paulo: Brasiliense,1994, p. 05.

18 CARVALHO, Joaquim Barradas de. *O Renascimento Português (Em busca da sua especificidade).* Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1980, p. 9.

Ibérica em meados do século XVI.[19] A partir dos debates, tanto Barradas de Carvalho, quanto Silva Dias identificam na dupla Duarte de Pacheco Pereira e Garcia da Orta – médico naturalista formado em Alcalá e Salamanca, professor da Universidade de Lisboa e autor do *Colóquios dos simples, drogas e coisas medicinais da Índia* (1563) –, a máxima expressão da aplicação da vivência do ultramar na *consciência* do Renascimento. Assim, o que era considerado por muitos somente um fator empírico e, para Sérgio Buarque de Holanda, a *atenuação plausível*, torna-se, na perspectiva de Barradas de Carvalho e Silva Dias, um processo similar ao conhecimento que nasceu e se difundiria através dos métodos de Leonardo Da Vinci e Galileu Galilei. Seja como espírito prático que desvela o mundo desconhecido para os europeus, seja como ampliação das experiências da magia e da alquimia, o fato é que as navegações portuguesas e espanholas relatam à Europa letrada, para ficar no campo restrito da cultura escrita, um universo a ser conhecido e redefinido. E mais, se portugueses e espanhóis não se dedicam propriamente à interpretação deles, gastam seus contingentes humanos em transportar novos produtos, intercambiar saberes locais e ocupar territórios desconhecidos. Isso não é pouca coisa.

****

Nesse cruzamento de perspectivas encontramos o artista, objeto deste conjunto de estudos, Francisco de Holanda, um homem de corte, de alta cultura e que pôde contar com investimentos significativos para sua formação. Criado e educado em ambiente humanista letrado, classicizante, o artista escreve sobre seu ofício, sobre suas ideias, enfim sobre seu *método*. Seria Francisco de Holanda um prático com tendência à elaboração? Com essa pergunta pretendemos refletir acerca de seu lugar no contexto do humanismo português e traçar possíveis hipóteses.

Alguns dos autores mais dedicados ao estudo de sua obra, como Sylvie Deswartes-Rosa[20], Raphael Fonseca[21] e Teresa Lousa[22], entre outros, afirmam que sua experiência como pintor residente na corte, somada à permanência em Roma como enviado de D. João III, e o aprimoramento técnico mesclado ao conhecimento hermético, teriam configurado um gênio

19 DIAS, J.S.S. *A Problemática Cultural no século XVI*. Lisboa, Presença, l984.

20 DESWARTES-ROSA, Sylvie. "Les De Aetatibus Mundi Imagines de Francisco de Holanda Entre Lisbonne et Madrid" In. GARCÍA, Bernardo J. (Coord.). *Felix Austria: Lazos familiares, cultura política y mecenazgo artístico entre las cortes de los Habsburgo*. Madrid: Fundación Carlos de Amberes: 2016, pp: 245-282.

21 FONSECA, Raphael do Sacramento. *Francisco de Holanda. "Do tirar pelo natural" e a retratística*. Dissertação de Mestrado defendida no Departamento de História, IFICH, UNICAMP, 2010.

22 LOUSA, Teresa. *Do pintor como génio na obra de Francisco de Holanda*. Lisboa: Sitio do Livro, 2014.

criativo e original no contexto peninsular quinhentista. Esse conjunto de atributos nos permite afirmar, com base nos autores mencionados, que Holanda cria um "padrão", ou seja, torna-se um ponto de partida teórico, para além da experiência prática.

Segundo Lousa, as obras *Diálogos em Roma* e *Da Pintura Antiga* "são, para além de uma teoria artística marcada pelo neoplatonismo dominante em Itália, um paradigma retórico de uma nova arte que Holanda queria propor para Portugal em alternativa ao arcaísmo dominante"[23]. Podemos reconhecer, portanto, que há um interesse em buscar alternativas formais para as artes portuguesas naquele momento, e a obra escrita de Francisco de Holanda nos oferece, seguramente, a pista acerca da necessidade dessa procura.

Contudo, um legado dessas ideias ainda estaria por se revelar de forma mais ampla e amadurecida, a partir do reinado de D. João III (1625-1557) e de sua esposa D. Catarina de Áustria, posteriormente regente (1557-1567) do neto D. Sebastião. Nesse período de cerca de 40 anos de reinado foi consolidada uma correspondência artística entre as casas reais de Portugal, Espanha e os demais troncos Habsburgo na Europa. Graças a essa rede familiar, diversos pintores protegidos pela rainha e seus parentes atuaram como retratistas, realizando pinturas dos descendentes da casa Habsburgo em solo luso-hispânico, flamengo e austríaco. Contemporâneos de Francisco de Holanda, pintores como o valenciano Alonzo Sanches Coello (1531-1588) e também Cristóvão de Morais [24], entre outros, dedicaram-se à arte do retrato cortesão, desempenhando papel fundamental no registro da imagem de reis, rainhas e infantes de Espanha e Portugal.[25] Em Portugal, nesse ambiente acolhido por D. Catarina, acredita-se que foram lidos e discutidos os textos de Holanda *Da pintura antiga*, *Do tirar polo natural, Diálogos em Roma,* e a partir deles teriam sido traçadas importantes linhas de orientação da formação dos pintores protegidos pela rainha. Nesse sentido, a "teoria" de Holanda fundamentou diversas experiências em curso.

Ao final de sua vida, contudo, por motivos ainda desconhecidos, ou pouco evidentes, Holanda lança mão de seu repertório hermético ao oferecer o álbum *De Aetatibus Mundi: images* a Felipe II como forma de redimir seu apoio a D. Antonio, um dos fortes candidatos à sucessão da coroa portuguesa após a derrota em Alcácer-Quibir e o desaparecimento do rei D. Sebastião. Supõe-se que tal fidelidade a este nobre o teria deixado na sombra em relação a

---

23 *Idem,* p. 69.

24 SERRÃO, Vitor. *A pintura maneirista em Portugal*. 3ª. Ed . Lisboa: Biblioteca Breve, 1991, pp.45-48.

25 JORDAN-GSCHWEND, Annemarie. "Imagens de Majestade: O retrato de Corte em Portugal, 1552-1571." In. *Catálogo da Exposição Portugal e Flandres. Visões da Europa 1550-1680*. Lisboa: Secret. de Estado da Cultura/IPPC, 1992, pp. 113-135; JORDAN-GSCHWEND, Annemarie. *Catarina de Áustria. A rainha colecionadora*. Lisboa: Temas e Debates, 2017.

Felipe II de Espanha, após a vitória deste contra os exércitos do Prior do Crato. [26] Holanda perde, assim, a oportunidade de ser reconduzido, como artista e cortesão ao lado de cosmógrafos e pintores portugueses, ao centro do poder da monarquia hispânica em Madrid.[27] Nesse momento, a corte de Madrid congregava a maior parte dos artistas protegidos pelo monarca das duas coroas, mas Holanda não faria parte desse conjunto. A problemática da aplicação prática das dos padrões clássicos, contudo, permanece, e nesse sentido identificamos que a atuação, sobretudo, de arquitetos, será fundamental na construção do Império espanhol, mais do que no português naquele momento.

****

Como última reflexão acerca do tema da ideia e da experiência, gostaria de apontar ainda alguns comentários acerca de um contexto coevo à promoção dada pelas monarquias ibéricas à arte no reino, enfocando um âmbito diverso ao da arte de corte. Trata-se da colonização luso-hispânica, que sucede as conquistas ultramarinas, experiência única em dimensão global, não partilhada por outros reinos e povos naquele momento.

Como já tratado acima, no século XV, desde a tomada de Ceuta (1415) por Portugal e o início das incursões pelas costas da África, iniciou-se uma intensa transformação nas concepções de tempo e espaços que mostrariam seus efeitos em diferentes expressões da cultura luso-hispânica. Na foz do rio Tejo, observa-se o crescimento da área portuária, que passa também a concentrar as partidas e chegadas de navios e caravelas com as cargas de escravos e produtos das ilhas atlânticas. Com a fixação da rota oriental por Vasco da Gama começa a carreira da Índia, controlada pelos portugueses praticamente ao longo de todo o século XVI. A cada década do quinhentos a vida em Lisboa se intensifica e sua população se diversifica. A chegada dos primeiros escravos africanos leva a uma mudança no perfil étnico-social dos habitantes, línguas e vida cotidiana. A notícia de que terras são encontradas no ocidente traz grande expectativa à população. Espaços são abertos na cidade, novas igrejas, conventos e monastérios passam a fazer parte da paisagem urbana.

Nesse sentido, desde o início do século XVI inúmeras intervenções no desenho da cidade foram realizadas, em grande medida devido ao impacto do mundo conectado pelas

[26] Em seu artigo mais recente, DESWARTES-ROSA nos coloca nos bastidores da elaboração do álbum e da busca do artista, revelando a decepção pelo não reconhecimento de Felipe II. DESWARTES-ROSA, Sylvie. "Les De Aetatibus Mundi Imagines de Francisco de Holanda Entre Lisbonne et Madrid", op. cit.

[27] Um dos casos mais emblemáticos desse período foi a ida de João Baptista Lavanha para a corte filipina, e que será abordado neste dossiê por Thomas Haddad.

navegações marítimas. D. Manuel (1495-1621) começa a remodelar a Ribeira do Tejo, construindo novos edifícios para a sede da monarquia e da corte, transformando a margem do rio numa grande praça comercial junto à Alfândega - um aspecto muito importante deste projeto manuelino.[28] Outros edifícios como o Mosteiro de Belém - sede da Ordem dos Monges Jerónimos - e o Convento da Madre de Deus sofreram intervenções na sua estrutura e estética, mais de acordo com os novos tempos.

Elementos imaginários do mar, como conchas, animais marinhos, cordas, âncoras, foram usados como ornamentos nas portadas destes edifícios, que assumem uma aparência original e inédita. A escultura e a cantaria lisboetas tornem-se muito sofisticadas, como se pode notar nos dois monumentos funerários de Luís de Camões e Vasco da Gama, na entrada da capela do Mosteiro de Belém. O edifício da Torre de Belém destaca-se como o mais emblemático desse conjunto, devido à incorporação do imaginário ultramarino à sua arquitetura. Como ela, outras construções militares receberam intervenções e mudanças para atender às novas necessidades e usos. É importante enfatizar, neste momento, todo o investimento da coroa em formar homens experientes em edificação, preocupados com a melhoria estética da capital de um império, trazendo vários elementos relacionados com as conquistas portuguesas no Oriente, África e América.

Contudo, é necessário destacar que, para além dos aspectos teóricos das artes da pintura e escultura, em seu manuscrito *Da fábrica que falece a cidade de Lisboa* Francisco de Holanda propõe uma série de ideias segundo padrões estéticos relativamente pouco usuais em Portugal na primeira metade do século XVI – mesmo que se possa identificar a presença de arquitetura de matriz classicizante no reino.[29] Estavam presentes no projeto, alternativas para a proteção da cidade de Lisboa, com claras referências às fortalezas concebidas por arquitetos italianos como Alberti, bem como o embelezamento ornamental da fachada de palácios e praças. Nesse sentido, a ideia e a práxis aparecem integradas de maneira harmônica. A não execução de seus planos para Lisboa indica a provável resistência que Holanda enfrentou na corte de D. Sebastião, a quem dedicou a obra. [30]

Novas intervenções definitivas, no entanto, foram executadas no período Habsburgo, com a reabilitação de palácios e a construção de novas igrejas em todo o tecido urbano

---

28 CARITA, Helder. *Lisboa manuelina e a formação de modelos urbanísticos da Época Moderna (1495-1521*). Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

29 SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Figuras e caminhos do Renascimento em Portugal*. Lisboa: Imprensa nacional\ Casa da Moeda, 1994.

30 Ver o debate acerca da obra em SOUZA, Maria Luísa Zanatta de. *Um novo olhar sobre "Da fábrica que falece a cidade de Lisboa" de Francisco de Holanda, 1571*. Tese Doutorado defendida na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de são Paulo, 2011.

projetado por Filipo Terzio, arquiteto de Felipe I de Portugal (1580-1598) e seus colaboradores. Um novo palácio substitui o anterior, da época de D. Manuel; um novo Mosteiro de São Bento e o Convento de São Vicente de Fora são algumas das obras mais importantes de Terzio na paisagem urbana. Além disso, Felipe I privilegiou vários engenheiros e cosmógrafos portugueses, como Juan de Herrera e Juan Bautista Lavaña, já referido, com a intenção de formar uma equipe dos melhores do mundo. Lavaña, por exemplo, fora incorporados à corte do rei Habsburgo desde sua estada em Lisboa nos anos 1581-1583, altura em que Holanda teria tentado sem sucesso a mesma aproximação.[31]

Estas intervenções foram realizadas entre as duas entradas reais de monarcas[32] Felipe I e Felipe II de Portugal, ocorridas nos anos de 1581 e 1619, respectivamente, quando a cidade de Lisboa foi especialmente decorada com grandes edifícios efêmeros para aclamar os novos monarcas. Sobre a *Joyeyse entrée* de 1581 houve duas narrativas importantes da viagem, desde a partida de Madrid até a chegada a Lisboa, com descrição da viagem, festivais e cerimônias. Um dos cronistas, Izidro Velazquez Salamancitno foi muito atento a cada detalhe da cidade, suas ruas, arcos triunfais, danças, etc.[33] Já sobre a entrada de 1619 foram publicados, cerca de 30 obras, sendo a mais sofisticada e conhecida a que fez Juan Bautista Lavaña, publicada em duas línguas, português e castelhano.[34] Outros textos importantes deste período nos chegam com muitos detalhes da arquitetura de Lisboa e a qualidade de suas ares, rios, colinas. Dois exemplos são o livro de Luis Mendes de Vasconcelos, *Do site de Lisboa: Diálogos*, publicado no ano de 1608, que faz propaganda da cidade para que o monarca voltasse a ela acompanhado toda a corte.[35] As histórias de estadias em Lisboa no tempo dos Felipes são muito ricas, e permitem conhecer melhor as características das intervenções arquitetônicas e urbanísticas, bem como o dia a dia dos seus habitantes. Também a circulação de produtos e pessoas de todas as partes do mundo.

Em relação ao ultramar, a monarquia espanhola também adota formas diversas de Portugal em relação à aplicação da arte, optando pelo uso da razão e da medida a serviço da

---

31 Sobre a estada de Felipe I em Lisboa ver: BOUZA, Fernando (org e ed.). *Cartas para infantas meninas*. Lisboa: Ed. Don Quixote, 1996.

32 MEGIANI, Ana Paula Torres. *O rei ausente. Festa e cultura política nas viagens dos Filipes a Portugal (1581 e 1619)*. São Paulo: Alameda, 2004.

33 VELAZQUES SALAMANTINO, Izidro. *La Entrada que en el Reino de Portvgal hizo la S.C.R.M. de Don Philippe, invictissimo Rey da las Españas, segundo deste nombre, primero de Portugal, assi com su Real presencia, como com el exercito de su felice campo Hecho por Isidro Velazquez Salamantino, andante en Corte. Impresso com licencia, examen, y aprobacion, por Manuel de Lyra*. Acosta de Symon Lopez Librero, 1583.

34 LAVANHA, João Baptista. *Viagem da Catholica Real Magestade Del Rey Filipe II N.S.*. Madrid: Thomas Junti, 1622.

35 VASCONCELOS, Luis Mendes. *Do sitio de Lisboa: diálogos. (1608)* Ed. José da Felicidade Alvez. Lisboa: Livros Horizonte: 1992.

dominação e proteção dos territórios alcançados. Aqui será necessário, entretanto, recuar um pouco no tempo para refletir acerca dessa especificidade. Diferentemente da portuguesa, a Coroa espanhola aprimorou durante o processo que se convencionou denominar de *Reconquista* (sécs. XI-XV), o uso do urbanismo ortogonal, ou *quadrícula*, como também ficou conhecida a cidade em forma de "grade" ou "tabuleiro de xadrez". Esse modelo de urbanização, originalmente pensado pelos italianos como um meio racional de distribuição dos espaços, tornou-se, em Castela, um mecanismo de organização da dominação, foi adotado como padrão nos novos reinos criados após a conquista pelos cristãos. Aos dois eixos da cidade imperialista romana foi acrescida um abertura, a *Plaza Mayor*, a partir dos finais do séc. XV, onde ficavam situados conjuntamente os edifícios do poder administrativo local e central. Desse modo, a partir de um centro delimitado racionalmente eram traçadas as ruas segundo padrão geométrico, de modo a definir a localização de famílias, órgão e representação com clareza.[36] De Castela a experiência foi imediatamente transposta para a América hispânica, onde será colocada em prática na construção da Cidade do México, sobre a Tenótchitlán asteca, em Lima substituindo a Cuzco incaica e centenas de outras [37].

Além da cidade quadrícula, também a engenharia militar, na pessoa dos engenheiros-mores do reino, expandem o pensamento geométrico estrategista italiano a serviço da conquista. Segundo o historiador português Rafael Moreira, em 1558 Felipe II da Espanha designou o primeiro italiano para o cargo de engenheiro-mor, Francisco Paciotto - sobrinho de Rafael Sanzio - com estatuto e privilégios.[38] Em Portugal, o cargo de 'mestre de obras e fortificações' foi criado também no tempo do rei D. João III, em 1548, para um certo Miguel Arruda. Em 1563 a função recebeu estatuto, sendo subdividida em vários 'mestres de fortificações do Reino, Ilhas, Índias e Brasil'. Mas foi, sobretudo, durante o período da Monarquia dual que o cargo se fortaleceu nos âmbitos da corte e do império. Em 1588, por exemplo, tem-se notícia de um certo capitão Alexandre no Brasil; entre 1597 e 1607 é a vez de um italiano - Baccio d'a Filicaia - percorrer desde Pernambuco até o Maranhão; e em 1603, Francisco Frias de Mesquita - executor do Forte dos Reis Magos na capitania do Rio Grande (cidade de Natal) e autor do projeto do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro -percorre

36 HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Semeador e o Ladrilhador*. *Raízes do Brasil*. 23ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991, pp. 6l-l00. Vale observar que a tese comparativa de Holanda foi já relativizada, mas que para o século XVI ela continua irrefutável. Ver: REIS Fº, Nestor. *Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: EDUSP, 2001.

37 SANZ CAMAÑES, Porfirio. *Las ciudades en la América Hispana. Siglos XV al XVIII*. Madrid: Silex, 2004 e a coletânea coordenada por SOLANO, Fernando de (org.). *Estudios sobre la ciudad Iberoamericana*. 2ª Ed. ampliada. Madrid: CSIC, 1983.

38 MOREIRA, Rafael. "O Engenheiro-mór e a circulação das formas no Império" In. *Portugal e Flandres. Visões da Europa (l550-l680)*. Lisboa: IPPC,1994, pp.97 e ss.

diversas partes da América portuguesa. Nem pretendemos aqui entrar na questão das possessões de África e da Índia, que receberam muito mais atenção da coroa nesse sentido. A circulação das formas por todo o Império resulta, segundo Rafael Moreira, num *paralelismo intercontinental*, e talvez tenha sido ela a maior contribuição das coroas ibéricas para superação anticlássica do *Renascimento*, dentro do contexto que se denominou de *Maneirismo*.[39]

Finalmente, em simultâneo ao incentivo real da pintura, arquitetura e do urbanismo, outro elemento fundamental para a circulação de ideias e formas nos reinos de Portugal e Espanha e seus domínios foi a ampliação do uso da imprensa a serviço da monarquia, sobretudo a partir da segunda metade do século XVI, mas, principalmente, durante a legitimação da ascensão de Felipe II à Coroa de Portugal. Nesse sentido, o processo de avanço e mundialização das ideias e modelos humanistas, clássicos, e mesmo anti-clássicos ou maneiristas, estiveram sempre associados a essa *revolução* da técnica de impressão de textos e imagens, levada ao extremo espacial universal pelas expansões. A imprensa proporciona assim um meio mais rápido e eficaz de ampliar o poder monárquico em relação às pinturas e retratos do início do quinhentos, bem como de promover a circulação de conhecimentos e de notícias. A experiência administrativa das instituições da coroa, conselhos e tribunais, sediados em Madrid sob o poder de Felipe II – *rei papelero* - só pôde ser implantada graças à ampla difusão dos mecanismos tipográficos, mas também os manuscritos, que por sua vez ganham enorme intensificação a partir da criação e popularização da técnica dos tipos móveis.[40] Escrever, seja manuscrito ou impresso, torna-se uma forma cada vez mais definitiva de comunicação nesse contexto.

Assim, nota-se que através dos objetos impressos era possível alcançar América, Índia e África de forma muito mais homogênea, o que demonstra uma apropriação efetiva da invenção de Gutemberg para fins de dominação, conquista e administração, promovendo a Europa a Ocidente, como afirma Serge Gruzinski.[41] Em pleno auge da extensão e hegemonia do poder no planeta, a Monarquia Hispânica torna suas as criações intelectuais italianas, bem

---

39 ARGAN, Giulio Carlo. *Clássico e Anti-Clássico. O Renascimento de Brunelleschi a Bruegel*. Trad. São Paulo: Cia das Letras, l999; LIMA, Camila Cristina Souza. *Arte, técnica e política: a arquitetura régia de Juan de Herrera e o projeto político de Felipe II da Espanha (1572 - 1597).* Dissertação de Mestrado defendida junto ao Programa de História Social, FFLCH-USP, 2012. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-29102012-094425/pt-br.php.

40 Ver BOUZA, Fernando. *Imagen y propaganda. Capítulos de Historia Cultural del reinado de Felipe II.* Madrid: Akal, l998 e MEGIANI, Ana Paula Torres. "Memória e conhecimento do mundo: coleções de objetos, impressos e manuscritos nas livrarias de Portugal e Espanha, séculos XV-XVII". In. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, USP, 2009, v.17, n. 1, pp. 155-171.

41 GRUZINSKI, Serge. *Les quatres parties du Monde. Histoire d´ une mondialization*. Paris: Éditions de la Martinière, 2004.

como a prática e a experiência de navegação dos portugueses, fechando o derradeiro século do *Renascimento*.[42]

Contudo, esse movimento não seria de mão única, e na contrapartida do desejo de dominação, conquista e conversão, revelam-se as relações que produzem culturas híbridas, mestiças, justapostas e miscigenadas. A experiência e o espírito prático, permeáveis na sua vontade de dominar, foram profundamente marcados pelas tradições dos locais onde se estabeleceram, revelando múltiplas formas de expressão e dinâmicas de circulação desconhecidas.[43]

Quando o historiador deixa de procurar na história os rígidos critérios de ascensão e decadência, quando os mecanismos de mudança entrelaçam-se aos de permanência, revelam-se com mais clareza as formas de apropriação do novo, da descoberta a serviço da dominação. A Europa conhece e se propaga, encontra e descreve o desconhecido para dele fazer parte e incorporá-lo ao sentido da sua existência. Voltamos, à guisa de breve conclusão, aos estudos de Barradas de Carvalho. Pensadas nesse contexto de discussão, suas obras nos mostraram que, para além do conceito, o *Renascimento* italiano esteve conectado a inúmeros *Renascimentos*, interagindo com a nova natureza e humanidade que se revelavam por meio das viagens e observações. Entender o tempo de Francisco de Holanda nos é, sobretudo, conhecer essa complexidade de conexões, circulação e embates por modelos que, a cada década, se transformavam e adaptavam a novos desejos e interesses. Holanda circulou por ambientes impregnados de poder, hierarquia e desejo de mandar. Sua contribuição foi marcante e coexiste com algumas das maiores – e muitas vezes violentas – contribuições em Portugal e Espanha e seus domínios coloniais. A abertura do mundo vivida, entendida e experimentada por pintores, arquitetos, e tantos outros artistas de cortes é o legado de conhecimento sobre o qual não podemos jamais desconsiderar.

Lisboa, 30 de julho de 2018

42 MEGIANI, Ana Paula Torres. *O Rei Ausente. Festa e cultura política nas visitas dos Filipes a Portugal (1581 e 1619),* op. cit..

43 GRUZINSKI, Serge. *Les quatres parties du Monde. Histoire d´ une mondialization*. op. cit.